

**A TRAJETÓRIA DA COAPAR NA MICRORREGIÃO DE
ANDRADINA (SP): INSTRUMENTO DE LUTA PARA A
MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO DO CAMPESINATO¹**

**COAPAR'S TRAJECTORY IN THE MICRO-REGION OF
ANDRADINA (SP): STRUGGLE INSTRUMENT FOR
MAINTENANCE OF THE PEASANT TERRITORY**

**LA TRAYECTORIA DE COAPAR EN LA MICROREGIÓN DE
ANDRADINA (SP): INSTRUMENTO DE LUCHA POR EL
MANTENIMIENTO DEL TERRITORIO CAMPESINATO**

Viviane dos Santos Bezerra²
vivi.vidamst@hotmail.com

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha³
janaina.vinha@uftm.edu.br

RESUMO

O presente trabalho aborda o processo de construção e desenvolvimento da COAPAR no município de Andradina (SP). A cooperativa é fruto das demandas do MST, que desde a década de 1980 fomenta e organiza ações de luta pela terra na região noroeste de São Paulo. Foram empregadas diversas fontes de leitura, realizados trabalhos de campo e entrevistas, através da pesquisa militante. É empreendida uma análise da formação da cooperativa, da comercialização junto ao PNAE e dos desafios e avanços que potencializam a permanência da vida no campo e a reprodução social das famílias camponesas. A partir de 2015, com a participação no PNAE, a cooperativa avançou na comercialização de produtos como o leite em pó, iogurte, manteiga, feijão, leite UHT, requeijão e mandioca. Mesmo diante das fragilidades e dificuldades, a COAPAR contribui decisivamente na manutenção dos territórios do campesinato na região.

PALAVRAS-CHAVE: COAPAR. MST. Cooperativa. Território. PNAE.

¹ O trabalho é resultado da dissertação intitulada *Do sonho à realidade: A trajetória da COAPAR na microrregião de Andradina- SP*, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia - Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP).

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP).

³ Docente do Departamento de Geografia – Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Docente credenciada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP). Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários – NaTERRA.

ABSTRACT

The present work addresses the process of construction and development of COAPAR in the city of Andradina (SP). The cooperative is the result of the demands of the MST, which since the 1980s has promoted and organized actions to fight for land in the northwest region of São Paulo. Several sources of reading were used, fieldwork and interviews were carried out, through militant research. An analysis of the formation of the cooperative, of commercialization with the PNAE and of the challenges and advances that enhance the permanence of life in the countryside and the social reproduction of peasant families is undertaken. As of 2015, with the participation in PNAE, the cooperative has advanced in the commercialization of products such as powdered milk, yogurt, butter, beans, UHT milk, curd and cassava. Even in the face of weaknesses and difficulties, COAPAR contributes decisively to the maintenance of peasant territories in the region.

KEYWORDS: COAPAR. MST. Cooperative. Territory. PNAE.

RESUMEN

El presente trabajo aborda el proceso de construcción y desarrollo de COAPAR en la ciudad de Andradina (SP). La cooperativa es el resultado de las demandas del MST, que desde la década de 1980 viene promoviendo y organizando acciones de lucha por la tierra en la región noroeste de São Paulo. Se utilizaron diversas fuentes de lectura, se realizaron trabajos de campo y entrevistas, a través de la investigación militante. Se realiza un análisis de la formación de la cooperativa, de la comercialización con el PNAE y de los desafíos y avances que potencian la permanencia de la vida en el campo y la reproducción social de las familias campesinas. A partir de 2015, con la participación en el PNAE, la cooperativa ha avanzado en la comercialización de productos como leche en polvo, yogur, mantequilla, frijoles, leche UHT, cuajada y mandioca. Incluso frente a las debilidades y dificultades, COAPAR hace un aporte decisivo al mantenimiento de los territorios campesinos de la región.

PALABRAS CLAVE: COAPAR. MST. Cooperativa. Territorio. PNAE.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investigou a trajetória da Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), localizada no município de Andradina (SP). A COAPAR é fruto da necessidade das famílias e do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de atuar como uma ferramenta de apoio e manutenção do território camponês.

A ideia da construção da cooperativa nasceu no final da década de 1980 em Campinas e Sumaré (SP), quando um grupo de assalariados desempregados se reuniu para articular o processo de ocupação de algumas terras decretadas como improdutivas no estado de São Paulo. O grupo veio de Campinas lutar por reforma agrária na região de Andradina, e a partir de então, sujeitos do grupo se destacaram como lideranças do MST.

Nesse processo de luta pela terra foi conquistado o assentamento Timboré, localizado entre os municípios de Andradina e Castilho (SP). Após a conquista dessa área, a efetivação da cooperativa deu seus primeiros passos até a sua oficialização no ano de 2002, quando se tornou uma empresa jurídica. No ano de 2015, a cooperativa assumiu um novo desafio. No intuito de avançar na produção e comercialização do leite produzido pelos assentados, a cooperativa passou a industrializar e transformar os seus derivados, como iogurte, manteiga, leite em pó, requeijão e outros produtos que passaram a ser comercializados em diversas instituições de ensino e unidades públicas.

Com as vendas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2015, a cooperativa expandiu o seu grau de atuação, contribuindo para divulgação de produtos que incorporava a identidade de luta e resistência dos assentados e possibilitando alternativas para a permanência dos trabalhadores no campo. Assim, nesse texto, a COAPAR é compreendida como um importante instrumento de luta para a reprodução social do campesinato em seus territórios.

Para investigar a COAPAR foi construída uma agenda de trabalho, que consistiu na adoção dos seguintes procedimentos metodológicos: i) levantamento e leitura bibliográfica; ii) realização de trabalhos de campo; iii) entrevistas.

Para a realização das entrevistas e do trabalho de campo foram selecionados todos os diretores que eram sócios-fundadores da COAPAR e que ainda são atuantes na cooperativa, totalizando 5 diretores. Também foram entrevistados 4 assentados que fizeram parte do período de construção da COAPAR e que ainda residem no assentamento, e 10 assentados que estabeleceram vínculos posterior ao surgimento da cooperativa. Para todos entrevistados foram formuladas perguntas diferentes pré-estabelecidas pela pesquisadora de acordo com a atuação ou posição na cooperativa. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de setembro e dezembro de 2019.

Esses procedimentos foram ancorados no que denominamos de pesquisa militante. A autora principal é integrante do assentamento Timboré, vive atualmente com sua família

e participou de toda a trajetória de lutas do assentamento. Assim, existem reflexões que foram concebidas em outros momentos de intimidade forjadas nas relações de convivência em grupos - festas de aniversário do assentamento, reuniões, missas na igreja, novenas, entre outros – e que transcendem os espaços acadêmicos.

Para a construção desse texto foram organizadas duas seções principais. A primeira trata das origens do processo de lutas e resistências no estado de São Paulo e na região noroeste, no intuito de entender as disputas territoriais que antecederam o nascimento do MST e a criação dos assentamentos de reforma agrária. Nela, ainda é possível compreender a indissociabilidade da luta da Fazenda Pendengo e o trabalho fomentado pelo Grupo de Jovens, ações significativas para a posterior construção da cooperativa. A segunda aborda o processo de gestação da COAPAR, percorrendo a sua trajetória para dialogar com a sua expansão. É empreendida uma análise da formação da cooperativa, da comercialização junto ao PNAE e dos desafios e avanços que potencializam a permanência da vida no campo e a reprodução social das famílias camponesas. Mesmo diante das fragilidades e dificuldades, a COAPAR contribuiu decisivamente na manutenção dos territórios do campesinato na região.

LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE SÃO PAULO: GÊNESE PARA A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO COOPERATIVO DO CAMPESINATO NO NOROESTE PAULISTA

O Brasil foi marcado por intensas transformações de cunho político-social que impulsionaram o nascimento de conflitos em todo o território nacional. A concentrada estrutura fundiária, sem dúvida, é um dos principais elementos que contribuem para esse cenário, fazendo da questão agrária uma questão eminentemente social (SANT'ANNA, 2000). No campo, podemos destacar as Ligas Camponesas, que iniciaram suas ações no Nordeste na década de 1940, tendo um importante papel no final do século XX em todo o Brasil.

Em São Paulo, entre as décadas de 1950 e 1960, o cenário era de um campo conflituoso. Nesse período, o noroeste do estado foi frente pioneira, região em que a propriedade privada estabelecia novas relações de uso do solo. Essa nova relação trazia dois movimentos distintos: a territorialização de um novo modelo de uso do solo e a

consequente expulsão violenta dos camponeses posseiros e/ou rendeiros à fim de dar espaço à atividade agropecuária.

Os posseiros e/ou rendeiros eram trabalhadores das fazendas, contratados para deixar o “terreno limpo”, plantar o capim e formar o pasto para a criação do gado. A substituição das lavouras para a criação do gado se tornou muito forte, e praticamente todas as fazendas passaram a investir na pecuária. Com o capim plantado e o pasto formado, era hora do posseiro/meciro se retirar da propriedade com sua família.

Este fato forjou um campo minado de conflitos sociais nesta região, pois expulsas as famílias não tinham para onde ir. Esse fato fez surgir um movimento organizado, que ficou conhecido na época como “Arranca Capim”, em Santa Fé do Sul (SP). Eles se organizavam para arrancar o capim na tentativa de prorrogar o contrato para permanecerem na área com suas famílias.

Neste período, no governo de Carvalho Pinto (1959-1963), essa e outras questões influenciaram na proposição de uma Lei de Revisão Agrária.

[...] Particularmente em São Paulo, a inserção do país neste processo significou um aumento na expansão da pecuária de corte em detrimento das lavouras, sobretudo sobre as áreas anteriormente ocupadas por posseiros. Passou assim, a ocorrer um processo de disputa/ luta no e pelo território. Concretamente, as classes sociais- os grandes proprietários de terra e os camponeses- estavam em disputa. Tratava-se de conflitos de interesses de ordem diversas e opostas: de um lado havia o mecanismo de expansão do capitalismo através da produção do capital (por meio das relações camponesas não-capitalistas) e de outro, a resistência camponesa à expulsão e à exploração. Havia, portanto um conflito entre classes sociais antagônicas (BOMBARDI, 2007, p 96-97).

A estratégia do governo possuía duas funções: “a primeira de superar o subdesenvolvimento (o governo do Estado tinha uma posição extremamente nacionalista e desenvolvimentista), e a segunda, nitidamente, a de conter os conflitos e os movimentos sociais no campo” (BOMBARDI, 2007, p. 97).

Mesmo que a Lei de Revisão Agrária tenha sido fortemente atacada, não obtendo êxito, ainda houve a implementação de 5 (cinco) áreas no estado de São Paulo. Posteriormente à esse fato, a partir das décadas subsequentes de 1970, 1980 e 1990, observou-se um grande avanço das lutas no campo. Foi nesse momento que surgem as

lutas organizadas pelos movimentos sociais, redefinindo um novo caráter de enfrentamento entre trabalhadores e latifundiários na região.

Em 1989 aconteceu a primeira luta por terra de trabalhadores organizados em um movimento social na região, resultando no assentamento Timboré. O assentamento localiza-se no noroeste de São Paulo, no município de Andradina. O grupo de sem terras foi formado com características particulares: eram famílias de “fora”, da região de Campinas/Sumaré; trabalhadores desempregados advindos dos centros urbanos que, em sua maioria, foram expulsos do campo e atraídos para as cidades na perspectiva de melhores condições de vida. Por tais razões, organizaram-se nesse grupo à procura de municípios que houvessem latifúndios improdutivos, isto é, áreas passíveis de desapropriação.

O ato organizativo das famílias teve sucesso, o que possibilitou um amplo espaço de diálogo entre esses trabalhadores e garantiu o sucesso na conquista do território. A capacidade de interpretação da realidade do grupo era forte, considerados “preparados” politicamente. As reuniões organizadas discutiam a terra como meio de trabalho e reprodução social. Os trabalhadores se engajaram na luta pela terra e construíam consciência de classe, facilitando a unidade e a cooperação entre os membros. A origem desse grupo indica a existência de uma outra classe que se formou, num movimento espiral, expresso pelo desenvolvimento desigual e combinado de avanço do capitalismo no campo (OLIVEIRA, 2001).

No dia 27 de janeiro de 1989, o grupo de Sumaré, juntamente com as famílias do município de Castilho, Andradina, Campinas, Valinhos, Limeira e outros, ocuparam a Fazenda Pendengo no município de Castilho (SP), cidade vizinha de Andradina. Eram aproximadamente 130 famílias que ousaram a primeira ocupação sem terra organizada. Essa ocupação marcou o início da atuação dos movimentos sociais na região. Diferentemente da realidade de outros assentamentos rurais, o assentamento Timboré emergiu de um momento de luta dos movimentos sociais distinto da luta dos posseiros ou colonos mencionada anteriormente. O assentamento, portanto, se constituía como um momento crucial dos movimentos sociais que se espacializava no estado de São Paulo.

As famílias permaneceram 19 dias em ocupação na fazenda, enfrentando medo, angústia e sofrimento, pois não havia nada consolidado até aquele momento. Havia somente barracos de lona preta e muitas incertezas. Após os 19 dias, as famílias foram

brutalmente despejadas pelas polícias militar e civil.

Em protesto contra o ato violento do despejo, as famílias recusaram os transportes que haviam sido disponibilizados, e marcharam a pé até a Praça Matriz na cidade de Nova Independência-SP. Em acampamento improvisado, as famílias receberam o apoio da Igreja católica e da população. As famílias permaneceram um mês acampadas na Praça e tomaram a iniciativa de ocupar outra Fazenda do mesmo proprietário, a fazenda Timboré.

[...] No dia quinze de Março de 1989 resolveram ocupar a Fazenda Timboré de 3393 hectares, localizada no município de Andradina e Castilho. Esta Fazenda que também estava sob domínio do mesmo grileiro da Fazenda Pendengo., havia sido classificada pelo INCRA como latifúndio por exploração em 27 de Julho de 1986, e foi declarada de interesse social para fins de Reforma Agrária (Decreto nº 93021). Em 12/08/86, o grileiro entrou com uma medida cautelar pretendendo suspender a ação desapropriatória. No dia 31 de Março de 1989 a ação proposta pelo grileiro foi julgada improcedente facultando ao INCRA a execução da desapropriação (FERNANDES, 1999, p. 145- 6).

A disputa por território dos camponeses no Timboré foi marcada pela conflitualidade e pela resistência das famílias. O intuito do grupo era acampar na primeira entrada de acesso a Fazenda (Km 14) mas, quando chegaram ao local, a Vicinal José Rodrigues Celestino estava ocupada por jagunços e policiais militares armados. Na tentativa de inibir as famílias para que desistissem do ato da ocupação, os jagunços atiraram nos pneus dos caminhões. Dessa forma, as famílias não puderam acampar naquele espaço, e decidiram caminhar até o km 21 para montar o acampamento (FERNANDES, 1999).

As famílias improvisaram acampamento na vicinal na frente da Fazenda Timboré (Km 21) chamado pelas famílias de “buracão”. Para inibir as famílias acampadas, os jagunços também acamparam dentro da fazenda Timboré. A todo o instante faziam vigília, exibindo suas armas e amedrontando as famílias. Eram “vinte e sete metralhadoras, três escopetas, duas cartucheiras calibre doze e nove revólveres calibre trinta e oito” (FERNANDES, 1999, p. 146). Além disso, várias pessoas, inclusive as crianças, foram vítimas de violência física e moral durante o período de ocupação.

Muito agoniados e cansados da morosidade no processo de desapropriação da fazenda, os acampados, numa noite de celebração cultural, resolveram ocupar a área da Fazenda Timboré, embora fosse muito difícil devido a incansável ronda dos jagunços. Assim, as famílias

para ocupar a fazenda os trabalhadores tiveram de burlar a vigilância intensiva dos jagunços. Por quatro dias as famílias promoveram forrós no acampamento. Os forrós sempre duravam até de madrugada e a festa estava sendo observada pelos jagunços. Após o terceiro forró, os jagunços relaxam a vigilância. Na madrugada do dia 19 de agosto, no quarto forró as famílias ocuparam a Timboré. Nas três primeiras noites, durante a realização dos forrós, as famílias iam se revezando e preparando os cento e trinta barracos para serem desmontados. Na última noite, em silêncio, homens, mulheres e crianças começaram a ocupação enquanto outras pessoas dançavam e os jagunços dormiam [...]. Os jagunços tomaram a estrada onde ainda havia alguns barracos e começaram a disparar a esmo. As pessoas que ainda estavam desmontando seus barracos jogaram-se no chão. No tumulto, um trabalhador- Santílio Porcino de Oliveira- foi atingido no rosto e acabou por perder a visão do olho direito. Após o ataque ao acampamento na beira da estrada, os jagunços foram para a área da fazenda onde as famílias estavam armando os barracos. Atacaram em duas frentes atirando, contra os barracos, de cima de um caminhão e de um pick-up e passando em cima dos pertences das famílias que estavam espalhadas pelo local do acampamento. No ataque diversos barracos foram atingidos, vários trabalhadores foram feridos e dois veículos utilizados na ocupação tiveram as carrocerias e cabines perfuradas pelos tiros disparados pelos jagunços (FERNANDES, 1999, p. 148-9).

Esse episódio de tensão social permitiu um aceleração no processo de desapropriação da terra, e a área da Fazenda Timboré foi sequestrada na segunda quinzena de agosto de 1989 por tempo indeterminado até a decisão do processo judicial pelo juiz da Vigésima Primeira Vara Federal. Foi a partir desta data que as famílias iniciaram as primeiras experiências de produção coletiva.

Nesse mesmo período foi organizado um Grupo de Jovens que tinha que cumprir duas tarefas prioritárias: garantir a produção agrícola do grupo, escolher a terra a ser preparada para o plantio, o cuidado e a colheita; e organizar os trabalhadores da região para outras ocupações de áreas improdutivas. Nesse momento, o cooperativismo já era, de alguma forma, pautado pelas famílias.

Os anos foram passando, a área não foi dividida e as políticas de desenvolvimento também estavam longe de serem efetivadas. Enfim, as dificuldades eram constantes, e o Grupo de Jovens cada vez mais se especializava em organizar famílias para a ocupação de terras, o que requeria muito esforço e acompanhamento. Ainda, o grupo também estava fragilizado com as plantações coletivas, uma vez que as experiências estavam obtendo resultados negativos.

Outo elemento importante que fragilizou o Grupo de Jovens foi o parcelamento definitivo da área, realizado após a regularização das famílias com a emissão de posse em 22/03/95, momento em que o INCRA realizou o Projeto de Assentamento. Após a efetivação dos lotes, os trabalhadores desenvolveram formas individuais de produção no assentamento, forjando uma nova geografia do espaço por um esforço de dupla negação da exploração e da expropriação.

Mesmo em meio as adversidades, os assentados fugiram das “amarras” da cidade e construíram um novo movimento social, que produz, organiza e articula seu próprio espaço, controlando frações do território para a recriação do campesinato. Com a concretização do assentamento Timboré, nascia um novo olhar das famílias da região em relação à luta pela terra. As famílias de toda região passaram a acreditar na reforma agrária. A luta pelo assentamento garantiu a abertura de um ciclo de lutas e conquista de territórios em toda a região a partir da década de 1990, garantindo a espacialização e territorialização da luta pela terra, com a criação de 46 assentamentos nessa região do estado de São Paulo. A Timboré, com a consolidação do território, se transformou em “um novo paradigma da reforma agrária” (MICLELETTTO, 2003).

A concretização de assentamentos ao longo dos anos materializou territórios de luta do campesinato. A definição do espaço de Fernandes (2005) contribui para uma análise das várias formas de organização espacial no campo.

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade (FERNANDES, 2005, p. 27).

O espaço passa a ser território na medida em que se constitui como forma de poder (FERNANDES, 2013). A forma de utilização do espaço vai determinar o território e as relações que serão estabelecidas para manter sua forma de poder. Assim, em cada espaço, há frações e um tipo de território. “O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família [...]”. (FERNANDES, 2013, p. 744).

Partindo dessas premissas que entendem o espaço a partir da criação e construção de relações sociais que garantem a sua existência, a cooperativa é um território que possibilita a manutenção a reprodução social do campesinato, na medida em que ela expande e se apropria deste espaço através da organização da produção. Essa discussão será melhor delineada na seção a seguir, que versa sobre a trajetória e desenvolvimento da COAPAR. Como será delineado, o processo de luta pela terra protagonizado pelo Grupo V na Fazenda Timboré, ainda na fase da ocupação, já dava indícios de que práticas cooperativistas seriam forjadas.

TRAJETÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA COAPAR: FERRAMENTA DE MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

As experiências das atividades cooperadas não são recentes. No Brasil, as formas de cooperações conhecidas remontam aos tempos da colonização, e tem origem nas práticas tradicionais dos colonos portugueses e dos povos africanos, que conformaram parte significativa do campesinato brasileiro. Nas décadas de 1950 e 1960, formas associativas primárias foram estimuladas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelos setores progressistas da Igreja Católica (MARTINS 1964, *apud* CHRISTOFFOLI, 2000).

As cooperativas podem se tornar um trunfo importante para a consolidação das disputas pelo território. O assentamento é um território de produção e reprodução do campesinato, território de ações coletivas. “As ações coletivas são atividades desenvolvidas pelos camponeses assentados em que expressam politicamente, passando pela representação do interesse de classe” (FABRINI, 2002, p.5).

Como visto na seção anterior, as lutas do MST e as práticas de cooperação nasceram imbricadas, uma vez que as formas de cooperação são fundidas a partir da luta

pela terra. Após a fundação do MST, ampliaram-se as reivindicações por terra e, ao mesmo tempo, as demais necessidades que a luta exige, como educação, moradia e produção, por exemplo. Contudo, o fator decisivo para as práticas cooperativas é a conquista da terra, pois pensar uma nova forma de permanência que trouxesse renda, trabalho e dignidade às famílias era uma das principais demandas. A “cooperativa se constitui como um instrumento de organização dos assentados, sendo a organização da produção seu principal objetivo e forma de expressão” (FABRINI, 2002, p. 106).

Com a construção das cooperativas, os assentamentos exerceram um papel além do campo de produção agrícola, e passaram a apresentar e fortalecer uma identidade de classe, a expressar um território.

As cooperativas apresentam conteúdo político/ideológico que orienta a sua ação, podendo se constituir numa iniciativa de superação da subordinação dos camponeses. Este é o objetivo da proposta de cooperativa elaborada pelos trabalhadores sem-terra nos assentamentos, onde se coloca em prática um conjunto de atividades para fazer da cooperativa um instrumento de luta. As cooperativas agrícolas não significam apenas uma forma de intensificação das relações econômicas na agricultura. Elas representam também uma forma de participação política e de tomadas das decisões. Os laços de solidariedade desenvolvidos pela atuação da cooperativa poderão se ampliar para organizações maiores, potencializando politicamente a luta dos trabalhadores envolvidos. Uma organização cooperativa que parte da base, permite que as decisões sejam tomadas diretamente, sem a artificialidade de democracia indireta que caracterizam os grandes empreendimentos cooperativos (FABRINI, 2002, p. 100).

Em Sumaré/Campinas, quando as famílias começaram a preparação do grupo sem terra para ocupar, iniciou-se também o debate além da conquista da terra, isto é, de como estas famílias iriam viver economicamente. Por isso, além de pensar na conquista da terra em si, havia a preocupação, desde o processo de luta, de garantir a organização e o fortalecimento das famílias.

Havia um sonho dessas famílias que era expresso ainda em Sumaré/Campinas no nome dado ao grupo V: Projeto Liberdade. O Projeto Liberdade tinha o objetivo de distribuir a terra para as pessoas que estavam à margem da sociedade, para que tivessem melhores condições de vida, ou seja, as formas de cooperação nasceram no seio da formação do grupo V. A fala de um dos fundadores da cooperativa explicita essa visão:

A COAPAR é resultado de uma experiência de organização das famílias desde Sumaré. Então lá no assentamento de Sumaré, Sindicato de Sumaré, sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré, o grupo Liberdade, que hoje é o assentamento Timboré, começou a reunir as famílias e organizar e discutir a luta pela terra e lá começou a se discutir como trabalharia a terra, como seria o trabalho no assentamento após a conquista da terra ou durante a luta pela terra e aí se discutiam, que inclusive já era discutido no Sul, no MST. Mas lá em Sumaré antes das famílias virem ocupar a fazenda Pendengo primeiro depois a fazenda Timboré, já se discutia o trabalho coletivo. Então assim, lá já se discutia o trabalho coletivo e também a cozinha comunitária, várias formas de cooperação, grupos de jovens, grupos de mulheres, equipe de liturgia, pra montar equipe da igreja, grupos religiosos. Então assim, as formas de cooperação nasceram lá, e aí no assentamento, na ocupação de 1989, na fazenda Pendengo, montou-se o primeiro grupo coletivo porque ficou 27 dias só, mas o pessoal ainda plantou uma roça coletivamente e a gente que era jovem ou adolescente a gente plantou uma horta coordenada. O nosso grupo era coordenado pelo José Aguiar que era um adulto, mas era um grupo de jovens, crianças e adolescentes...nós conseguimos fazer uma horta em vinte e sete dias lá ainda. (ENTREVISTADO 1, 2019, 15/11).

Assim, além de se organizarem politicamente para atingir uma estratégia, o grupo V de Sumaré também aglomerou estratégias para garantir a permanência das famílias na terra, bem como trabalho e renda.

Após a ocupação em 19 de agosto, as famílias iniciaram o trabalho coletivo.

Tinha dez grupos coletivos ou doze se não me engano cada grupo no entorno de dez famílias. Dez a quinze famílias. O pessoal conseguia trator, também os tratores trabalhavam de forma cooperada, de forma coletiva, trator empestado de outros assentamentos aqui da região na época e depois montou uma associação. Mas assim o forte mesmo da discussão era o trabalho coletivo. Muitas famílias que não tinham feito a preparação em Sumaré acabaram desistindo. Não entendiam o objetivo na minha opinião. As famílias que permaneceram mais tempo em trabalho coletivo foram as famílias que vieram de Campinas, de Sumaré, que passou por uma discussão longa de uma preparação e não viam sentido de trabalhar e produzir individualmente. Mas algumas desistiram, foram embora, porque a luta é dura mesmo, foi dura a da Timboré, não foi fácil, foi um período também de recessão nos anos 90 na agricultura, então assim, a produção era só para subsistência mesmo, não tinha renda da produção. Era só pra comer, então muita gente acabou desistindo porque não via perspectiva de renda futura. Foram embora. Depois passou alguns anos, e os jovens tocaram o trabalho coletivo (ENTREVISTADO 1, 2019, 15/11).

Logo no início foram percebidas algumas fragilidades na consolidação do trabalho coletivo. Haviam famílias que não tinham realizado a preparação em Sumaré, que se somaram a região de Andradina e “*não entendiam o objetivo*” do trabalho coletivo. Outras famílias de Sumaré “*desistiram, foram embora, porque a luta é dura mesmo, muita gente acabou desistindo porque não via perspectiva de renda futuramente*” (ENTREVISTADO 1, 2019, 15/11).

Mesmo com todas as dificuldades de permanência das famílias, o grupo não acabou, iniciando uma nova fase na consolidação do coletivo, fortalecido com a participação da juventude. Esse é outro fato que merece destaque, cuja participação efetiva da juventude se fez presente. Os jovens plantavam lavouras como arroz, gergelim, milho, feijão e algodão. Tinham auxílio da Igreja católica, e se preocupavam com o estudo, com a formação dos sujeitos. Por isso, além de produzirem na terra, “*a gente conseguiu mandar. Ao mesmo tempo que agente trabalhava e produzia, tinha renda, pouca renda, mas tinha*”[...]” (ENTREVISTADO 1, 2019, 15/11).

Embora difícil a consolidação dos acampados, ao mesmo tempo percebe-se que eles não tinham dimensão do que estavam alcançando nesse processo. Como mencionou um dos entrevistados, “*se transformou em outra coisa maior e mais importante que o grupo coletivo*”. O coletivo foi se transformando não apenas em um grupo de produção de lavouras, mas num grupo que se formava, estudava, realizava análise da realidade e da conjuntura nacional agrária, e se preparava politicamente e ideologicamente para construir algo novo.

Concomitantemente formava-se um grupo de militantes totalmente jovens que se aglutinaram nas instâncias do MST, se transformando em dirigentes. Articularam não só a produção, mas as demandas de luta por terra na região, forjaram diversas ocupações de terra e organizaram centenas de famílias em vários acampamentos que deram início a outros assentamentos.

FORMAÇÃO DA COOPERATIVA: A JUVENTUDE SE ORGANIZA!

Com a participação efetiva dos jovens nas instâncias do Movimento e a intensa mobilização feita na construção de acampamentos e nas ocupações de terra, foram desenvolvidas, também, algumas iniciativas para a produção.

Ao mesmo tempo que a gente fazia a luta pela terra agente discutia se a gente ia fazer cooperativa ou não o MST já estava com o sistema do

cooperativista nos assentamentos quase formada no Brasil todo. Era uma discussão forte do setor de produção tinha de montar as cooperativas de produção. CPAs, cooperativas regionais e cooperativas estaduais que são as CCAs e a Concrab. A Concrab que inclusive já existia as CCAs já existia e as cooperativas regionais nem toda existia. Mas existia umas cooperativas locais de produção coletiva que é as CPAs. Já existia em Itapeva, e Promissão e nosso grupo começou a discutir se a gente ia fazer uma CPA- Cooperativa de Produção Agropecuária- que é uma cooperativa de trabalho intenso e coletivo, na Timboré. A gente teve o apoio dos adultos para discutir isso e o apoio do MST, mas na última hora, as pessoas envolvidas na discussão... acabaram se afastando por algum motivo tanto do MST quanto do grupo coletivo, e aí a discussão de montar a cooperativa, que é uma empresa jurídica digamos, que tem um CNPJ, agente ainda não entendia muito o sentido disto, para nós trabalhar coletivo já era cooperativa, então assim, montar uma empresa jurídica pra que? O que a gente estava fazendo para nós já estava bom a gente achava. Então estacionou a ideia de montar uma cooperativa local (ENTREVISTADO 1, 2019, 15/11).

Como viviam estudando, viajando, realizando ocupações e participando das atividades do Movimento, um dos jovens trouxe o debate da construção de cooperativas. Essa era uma demanda do MST naquele período, fundando, em 1997, a COAPAR.

A região, entre as décadas de 1980 e 1990, passava por um período de crise que não era diferente do restante do país. A agricultura nos assentamentos da região não era suficiente para garantir renda aos assentados. A cooperativa passou a organizar a produção e a comercialização da produção com base na experiência implementada pelo MST, principalmente no Rio Grande do Sul. Diante disso, a cooperativa passou a buscar condições para organizar estas famílias através da comercialização do leite.

Em 2001 a gente conseguiu colocar os tanques de leite com a ajuda do movimento com recursos de um projeto que o MST e a CCA tinha com a Inglaterra, destinaram uma parte do recurso pra nós comprar 2 tanques, um para a Timboré e um para o assentamento Rio Paraná a gente conseguiu reunir em torno de 50 famílias em cada tanque desse. Depois agente comprou os tanques dos assentados que vendiam para a Nestlé, estavam sendo explorados pela Nestlé. A gente assumiu esses tanques pagou as dívidas dos tanques o pessoal todo veio para a COAPAR. Então a COAPAR passou rapidamente de 80, que tinha nesses dois assentamentos, Timboré e Rio Paraná passou aí para 250-300 famílias rapidamente daí em diante foi crescendo e a gente continuou se formando a gente fazia parte do sistema cooperativista dos assentamentos. A gente também tava ligado a CCA. A COAPAR já surgiu ligada a CONCRAB, a CCA e ao setor de produção do movimento então é uma cooperativa que tem uma ligação muito próxima que surgiu praticamente dentro do MST dentro da organização. (ENTREVISTADO 1, 2019, 15/11).

Mesmo após a reunião feita no ano de 1997/98, fundando a COAPAR, não houve o registro formal (CNPJ) da cooperativa, sendo efetivada apenas em 2002. Na ata de fundação constavam 24 sócios, composto por homens e mulheres com idades entre 23 a 60 anos - a maioria moradores do assentamento Timboré.

A diretoria era composta pelos participantes do grupo de jovens da Timboré, além de outras pessoas que advindas de outros assentamentos. Cabe ressaltar que a COAPAR foi fundamental para a formação de novas lideranças, já que grande parte de sua diretoria era composta por uma juventude iniciante que demonstrou muita capacidade, apesar da inexperiência. Isso permitiu um amadurecimento político muito importante para estes jovens que se destacaram, posteriormente, regional e estadualmente junto ao MST.

Quando a cooperativa foi formada, as formas individuais de produção nos lotes já estavam estabelecidas. A produção coletiva, através do Grupo de Jovens, foi extinta. Estes passaram a atuar, em sua maioria, no Movimento. Foi criada uma empresa jurídica, com diversas demandas a serem construídas. Para estes, ela era chamada de cooperativa.

Com o registro da cooperativa após 2002, iniciou-se uma maratona na busca por projetos e parcerias. Nesse período, o Movimento, através das lutas, consolidou muitos assentamentos em toda a região, potencializando o crescimento da cooperativa. A conquista de projetos do PNAE pode ser vista como parte integrante desse trabalho, debate que será feito à seguir.

CONSOLIDAÇÃO DAS VENDAS DO PNAE PELA COOPERATIVA

A COAPAR foi crescendo timidamente, e no mandato do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, conseguiu viabilizar vários projetos para a expansão dos assentamentos rurais. Entretanto, em 2003, pouco depois de sua formalização, a cooperativa ficou sem receber da empresa laticínio Frescão o valor de R\$ 77.000,00. Isso desestabilizou toda a cooperativa, que se viu incapacitada em continuar realizando as suas atividades. Ao final do ano de 2006, a COAPAR dava sinais de uma possível recuperação financeira. Após alguns anos de reestruturação em seus saldos foi possível verificar gradativamente o avanço da cooperativa, de modo que nesse mesmo ano conseguiu

adquirir a compra de uma casa no centro da cidade de Andradina, passando a ter estrutura própria para desenvolver suas atividades.

A partir deste período, a COAPAR avançou na expansão da cooperativa. Ampliou o quadro de sócios; organizou propostas de projetos para diversos órgãos para custear capacitações e ou recursos para compra de equipamentos; firmou parcerias com a prefeitura de Castilho (SP) para aquisição de transporte e com o INCRA para a contratação de funcionários para organizar atividades para os cooperados - como plantio de cana coletiva, inseminação e funcionários para trabalhar no escritório. Enfim, houve um crescimento em diversos setores da COAPAR, parcerias positivas que aceleraram a consolidação da cooperativa.

Foi dessa forma, com muita dificuldade e “aprendendo fazendo”, que a COAPAR firmou seu território. Por parte do governo Federal haviam sido promulgadas leis: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (MDS, 2020); e anos mais tarde o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), modificado com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009. Essas medidas estimularam o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (FNDE, 2020), inclusive da Coapar.

A cooperativa, diante dessa possibilidade, iniciou suas primeiras experiências junto ao PAA. Eram produtos comercializados na modalidade de Compra com Doação Simultânea. Tal experiência demonstrou que o “carro chefe” era o leite, porém, havia um público promissor que necessitava de uma modificação na produção.

As demandas da cooperativa se ampliaram, aumentando o quadro de sócios, dando a possibilidade de investir numa loja agropecuária que contribuísse com a venda de produtos, como sementes, rações e medicamentos. Quando ocorreu a efetivação do PNAE, a cooperativa já estava em vias de consolidação, desde a estrutura física, com sede própria, imobiliários, veículos, tanques resfriadores de leite nos assentamentos, equipe de projetistas, loja agropecuária, funcionários e uma diretoria preparada politicamente pelo Movimento.

Isso favoreceu a tomada de decisão por parte da diretoria para mais um desafio através da merenda escolar. Com a possibilidade de ampliação da comercialização através do PNAE e do PAA, a cooperativa passou a realizar projetos para expandir sua área de atuação e garantir o fortalecimento de sua estrutura. Concomitantemente, a cooperativa

redefiniu suas atividades produtivas, ou seja, passou a se direcionar aos produtos derivados do leite com a marca COAPAR.

Com essa nova demanda, em 2016 a cooperativa iniciou sua participação em chamadas públicas do PNAE, e por esta razão, também ocorreu uma modificação estatutária no nome da cooperativa, de modo que passou ser denominada de Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da região noroeste do estado de São Paulo – COAPAR. Tal modificação deu permissão para que a cooperativa passasse a concorrer a chamadas públicas.

A cooperativa comercializou em dezembro de 2019 1.567.778 litros de leite, um volume de 50.573 litros de leite por dia. Foram industrializados produtos como o leite em pó, iogurte, manteiga, feijão, leite UHT, requeijão e mandioca. No quadro 1, é possível verificar os produtos industrializados pela COAPAR para participar das chamadas públicas:

Quadro 1- Produtos industrializados pela COAPAR

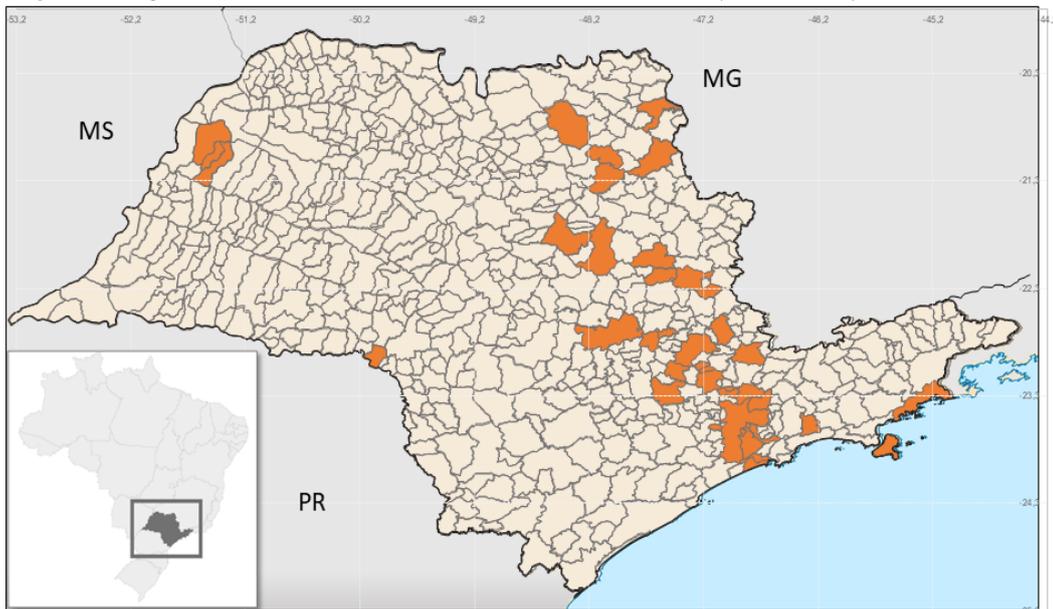
Produto	Peso
Feijão Carioca	1 kg
Iogurte	1 L
Iogurte	180 ml
Leite em pó	1 kg
Leite longa Vida	1 L
Leite pasteurizado	1 L
Manteiga	1 kg
Requeijão	200 ml
Requeijão	1 kg

Fonte: COAPAR, 2019 Org.: Viviane S. Bezerra (2021).

Durante o ano de 2018 a cooperativa vendeu para o PNAE R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões) em produtos para as prefeituras na merenda escolar e demais instituições.

Abaixo, no mapa 1, estão elencados os municípios que a COAPAR assinou contratos para o fornecimento de alimentos entre 2017 e 2020 no estado de São Paulo através do PNAE. Além destes municípios, foi realizada a venda para 9º Batalhão de Suprimento, em Campo Grande (MS), e no Depósito de Suprimento, em Brasília (DF). São 40 instituições que foram contempladas pela cooperativa entre os anos de 2017 a 2020, o que mostra a sua espacialização no estado de São Paulo e outros estados e regiões.

Mapa 2: Relação das cidades onde a COAPAR forneceu no PNAE (20017/2020)



Mapa elaborado por Leandro Nieves Ribeiro, em 08 de dezembro de 2020, Presidente Prudente (SP).
Fonte: PNAE

Em termos financeiros, o PNAE é um programa muito importante para a cooperativa, mas atualmente a diretoria faz uma análise mais profunda à seu respeito, visto que não é seguro a dependência dessa política. Não obstante, o receio atual em relação a política adotada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro configura-se como outro desafio que necessitava ser superado.

A gente está tentando organizar a venda ... organizar uma equipe de venda do mercado convencional que talvez hoje seja o maior desafio da cooperativa, que no futuro é entrar no mercado convencional, não ficar só dependente do mercado institucional - que hoje a gente vende bastante, uma boa parte da nossa produção já, com valor agregado, com produtos feitos como leite em pó, iogurte, requeijão. Mas o grande

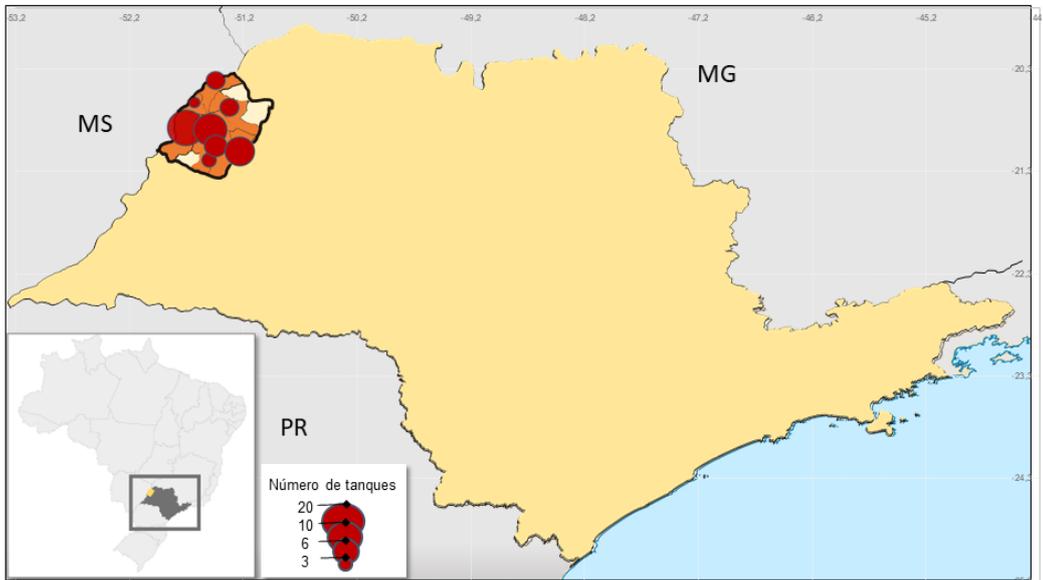
desafio é entrar no mercado convencional e diminuir os custos de produção. Então, o desafio é a gente ter uma fábrica de lácteos para fabricar o nosso próprio produto, para colocar no mercado, pra ser mais competitivo e poder ajudar mais as famílias. A gente corre o risco sim, além do desafio, a gente tem a preocupação com essa conjuntura política nova (ENTREVISTADO 4, 2019, 21/11).

Com a pandemia do Coronavírus (COVID-19), os contratos foram todos suspensos devido à paralisação das aulas presenciais. Diante desta situação, houve uma queda brusca nas vendas desde o mês de abril de 2020. Além da suspensão do fornecimento do produto, a cooperativa teve que custear os pagamentos dos fornecedores de embalagens e os ingredientes para fabricação de iogurte e requeijão que já estavam sendo utilizados.

Diante deste cenário, percebe-se a lucidez na fala do entrevistado na busca por outras formas de venda além dos canais institucionais. Por tais razões, a cooperativa tem se desafiado na construção de seu próprio laticínio para viabilizar a industrialização do leite e posterior fabricação de produtos, fato que tem se tornado realidade devido ao início das obras em novembro de 2020.

Aos poucos, a cooperativa estava presente em diversos municípios de abrangência do Movimento. O mapa 2 apresenta a distribuição geográfica dos 66 tanques resfriadores de leite, espalhados em diversos municípios da microrregião de Andradina (SP).

Mapa 3: Relação dos assentamentos nos municípios onde a COAPAR possui tanques resfriadores de leite



Mapa elaborado por Leandro Nieves Ribeiro, em 10 de dezembro de 2020, Presidente Prudente (SP).
Fonte: COAPAR

Estes são tanques coletivos dentro das áreas de assentamentos, porém, a COAPAR possui aproximadamente 100 tanques individuais (tanques que são patrimônio das pessoas e não da cooperativa), mas que fazem o fornecimento do leite diário. Esses tanques possuem a capacidade de produzir em média 1 milhão de litros de leite/mês no período que se estende entre os meses que se concentra o período chuvoso - de dezembro a abril. Após esse período, sofre queda, e a produção não ultrapassa 800 mil litros/mês.

DESAFIOS E AVANÇOS DA COAPAR: FERRAMENTA DE MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Quando iniciamos a pesquisa observamos uma dificuldade conceitual em interpretar a COAPAR enquanto cooperativa. De fato, não é uma cooperativa de produção com as mesmas características estudadas por autores como Christoffoli (2000), Fabrini (2002) e Marconi (2014).

Na verdade, a juventude da Timboré criou algo que transcende a definição conceitual e que exprime as características particulares da regional. Imprimiu-se uma

dinâmica que difere muito de outras cooperativas organizadas pelo MST. A direção, por exemplo, continua centralizada por uma minoria que decide os caminhos a serem percorridos pela cooperativa. Apenas em questões muito pontuais há a consulta aos cooperados em reuniões. Há um processo de verticalização na gestão da cooperativa, em que as decisões são tomadas do topo para a base.

O mesmo ocorre com a contratação de funcionários, que também não se aproxima dos modelos das cooperativas apresentadas pelos autores mencionados ou mesmo com o MST, que consiste na formação da sua base para que ela possa contribuir nas instâncias e nas estruturas do Movimento. Na COAPAR, a contratação é essencialmente via relações capitalistas. Alguns membros da diretora trabalham na cooperativa e recebem remuneração para cumprir tal função. São atividades que contribuem para a estratégia de desenvolvimento da cooperativa. É um grupo reduzido e preparado, porém, as decisões da cooperativa são de “cima” para baixo e não de “baixo” para cima.

Não está sendo construída a indicação ou inserção de novos militantes do Movimento para formar lideranças que possam substituir a diretoria atual. A contratação está vinculada extremamente à um tipo de serviço, não se importando com o perfil político-ideológico dos contratados. Com isso, a cooperativa pode sofrer por falta de formação de novos quadros para a substituição nos cargos quando for necessário.

A diretoria conseguiu obter grandes avanços, como a busca de recursos e políticas públicas (PNAE, PAA e PPAIS), mas continua muito tímido o debate político-ideológico contra-hegemônico que a política de reforma agrária deve abarcar. A sua atuação tem se limitado a compra e venda de leite *in natura*, e sua posterior industrialização. É necessário ampliar o debate interno, participar ativamente da realidade dos assentamentos, identificar as demandas e provocar uma discussão que possa transcrever uma necessidade de mudança de comportamento dos assentados, sobretudo com base na atuação política.

A realidade estudada mostra que, se levarmos em consideração apenas a teoria, fortaleceremos o debate de que a COAPAR não se constitui como instrumento de manutenção do território camponês na região, e que talvez nem adentre ao rol de cooperativas do Movimento e, por sua vez, não seria importante para a reprodução do campesinato. Diante do estudo da COAPAR, a compreendemos como uma cooperativa de produção com diversos limites a serem superados e com formas diferenciadas que se distinguem de outros modelos de cooperativas. No entanto, por estar inserida nos

assentamentos, contribui decisivamente para a reprodução e manutenção do território camponês. O assentamento e a existência da COAPAR reafirmam a existência desse território do campesinato, cujas relações sociais se diferem dos territórios do agronegócio, que na região é representado pelas usinas produtoras da monocultura de cana-de-açúcar para o mercado exportador.

Na medida em que as famílias conquistaram a terra, elas começaram a produzir pequenas lavouras para garantir a sua sobrevivência. A produção desses alimentos, como mandioca, quiabo, folhagens e abóbora, por exemplo, provocou uma mudança na alimentação das famílias. Por serem famílias com um poder aquisitivo inferior, não possuem recursos financeiros para adquirir o pacote de agrotóxicos, fato que involuntariamente contribui para a promoção da saúde e na direção de projetos que rumem a soberania alimentar. Isso também se reflete na criação dos animais que consomem estes produtos.

Outra questão que deve ser mencionada é a recuperação de córregos, movimento contrário das terras ocupadas pela produção de cana-de-açúcar. Desde a homologação das famílias na área do assentamento, parcela da terra é destinada para as Áreas de Preservação Permanente (APP) e onde se localiza a Reserva Legal (RL). Isso permite a recuperação das áreas que sofreram com a degradação ambiental.

A cooperativa não faz diferenciação de assentamentos, ou seja, por mais distante e dificultoso o acesso a algumas áreas, não se medem esforços para manter um tanque de leite para as famílias. O que norteia essa lógica não é a capacidade de obter lucro, mas de garantir, no mínimo, uma forma de venda do leite do produtor. Ao assumir os custos para manter este tanque, retira o lucro que poderia ser repassado a um preço melhor para os outros tanques. Dessa forma, ao buscar as mesmas oportunidades para todas as famílias, reforça a ideia da cooperativa, atuando na socialização de seus recursos.

Outro fato é a facilidade de pagamento dos produtos da loja agropecuária. A cooperativa faz a revenda de diversos insumos agrícolas, rações e medicamentos. Os preços são compatíveis com os do mercado, vendidos a um preço igual ou superior ao mercado, porém, consegue organizar formas de pagamento acessíveis às condições do camponês. Isso potencializa a sua permanência no campo e amplia as possibilidades de reprodução social.

Outro elemento são as ditas “sobras” do PNAE, um valor de R\$ 500,00 pagos aos

cooperados que estão participando das chamadas junto a COAPAR. Pelo volume de vendas de milhões que a cooperativa movimenta ao ano, o valor é muito pequeno para o assentado. Porém, deve-se levar em consideração que a cooperativa utiliza mais que a metade desse recurso em pagamento para a industrialização do produto, empacotamento e entrega até a unidade requerente, já que não possui laticínio e todas as etapas do processamento é paga para uma terceirizada realizar. Assim, resta uma margem muito baixa de lucro, mas que a cooperativa faz a divisão das “sobras”.

Mesmo diante dos limites financeiros, políticos e geográficos, é notório que a COAPAR contribui com a manutenção do território camponês. Afinal, a existência da cooperativa proporciona uma outra realidade que busca novas formas de desenvolvimento para os assentados, sobretudo de possibilidade de renda, dimensão inerente aos seus territórios. Um exemplo é a construção do laticínio, considerado um grande desafio que busca diminuir os custos com a terceirização da produção dos produtos e agregar valor ao produto. Além de aumentar o preço do leite, a cooperativa pretende economizar grande parte de seus gastos, já que ela mesma faria o processo de industrialização e fabricação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundada oficialmente no final da década de 1990 e registrada em 2002, a COAPAR trouxe sonhos de uma militância que se formou antes da luta na conquista do território da fazenda Timboré. Foi o Grupo de Jovens que procurou forjar um novo território com seu desejo de mudança. Ousaram plantar ainda na Fazenda Pendengo, da qual foram despejados.

Não desanimaram e semearam sementes e sonhos novamente na terra da Timboré. Essa militância, jovem, se transformou na militância do MST, movimento que se territorializou pelo Brasil e que transformou o território do latifúndio em assentamentos de reforma agrária.

Tomando o Grupo de Jovens como forjador da cooperativa, é importante frisar que a sua motivação tinha dois papéis: formar uma militância do Movimento e oficializar

uma estrutura que pudesse dar respaldo às necessidades da comunidade assentada. Com isso, percebe-se que as formas de cooperação já estavam sendo gestadas desde as primeiras reuniões em Sumaré, de modo que as famílias, após os encaminhamentos das discussões e o planejamento da luta pela terra, se organizavam para confraternizar, e ali já partilhavam laços cooperados.

Outro indício de cooperação se deu com o início do trabalho coletivo, com a divisão de tarefas e a colheita de forma igualitária. Após a ocupação da fazenda Timboré, rapidamente as famílias se dividiram em grupos de trabalho coletivo. Obtiveram a ajuda de outros assentamentos da região, com tratores e sementes para a realização do plantio. Isso caracteriza mais um laço de fortalecimento entre as famílias que favorece o nascimento da COAPAR.

A dificuldade encontrada de início do assentamento fez com que muitas famílias não se interessassem na inserção do grupo de jovens, mas a ousadia não os deixou desistirem. A experiência dos primeiros tanques resfriadores foram na Timboré e no assentamento da Rio Paraná, com a participação de aproximadamente 80 famílias envolvidas. Nesse aspecto, percebemos o quanto a cooperativa cresceu e se destacou regionalmente. Hoje, a COAPAR conta com 66 tanques coletivos espalhados por toda a região e mais 100 tanques individuais.

A cooperativa deu um grande passo com a implementação da política do PNAE. A partir de 2015, com a participação no Programa, a cooperativa avançou na comercialização de produtos como o leite em pó, iogurte, manteiga, feijão, leite UHT, requeijão e mandioca.

A consolidação da cooperativa foi um marco territorial de construção do novo: o novo projeto, o novo modelo, a nova forma de construção de cooperativa que se diferencia dos modelos já efetivados pelo Movimento. Com a cooperativa, houve uma valorização do setor leiteiro. A cooperativa, como vimos, comercializou no mês de dezembro de 2019 1.567.778 litros de leite, um volume de 50.573 litros de leite por dia, quantia de leite muito expressiva controlada pela COAPAR.

A cooperativa participa de um novo paradigma. Ela se tornou uma referência organizativa na luta pela terra e conquista do espaço. Também se tornou diferenciada por incentivar a diversificação da produção, que é uma de suas bandeiras de luta. A COAPAR contribui decisivamente na manutenção dos territórios do campesinato na região, auxiliando na reprodução social das famílias assentadas.

No entanto, é imprescindível que a cooperativa consiga avançar em outras formas de consolidação das vendas da produção agrícola para que, de fato, contemple as várias formas de produção e garanta renda aos assentados. Ainda, ao estudar o funcionamento de outras cooperativas, refletimos sobre o papel da COAPAR. Diferentemente das outras cooperativas, possui uma organização bem peculiar, esvaziada politicamente quando analisados os funcionários, a diretoria e a autonomia nas decisões. Não há um trabalho coletivo nas áreas de assentamentos, como plantações, vendas e distribuição de recursos, como identificado nos estudos de Christoffoli (2000), Fabrini (2002) e Marconi (2014).

Se fossemos tratar superficialmente, diríamos que a COAPAR seja apenas uma empresa que organiza a produção dos assentados e comercializa com outra empresa. Ela seria uma atravessadora. No entanto, a partir do momento que a COAPAR organiza a produção, procura melhores preços, coloca em destaque o produto dos assentados da reforma agrária, ela faz luta política. Quando ela procura melhorar o preço do leite para os assentados, quando procura, através do Movimento, projetos para viabilizar a produção, quando investe em estruturas que contribuem para seus cooperados, isso tudo leva ao entendimento de uma cooperativa que garante melhores condições de vida aos assentados.

Outro elemento que dever ser analisado é a recriação do produtor no assentamento, pois a cooperativa, através de sua loja agropecuária, permite ao assentado o acesso aos produtos veterinários para o rebanho, sementes e ração. Outros produtos são vendidos na sede da loja na cidade de Andradina, como arames, lascas, telas, mangueiras entre outros. São vendidos com margem pequena de lucro, pois a prioridade não é vender para aumentar o capital da empresa, mas dar as condições do produtor ter o que necessita.

A dificuldade de recriação do campesinato está fortemente ligada aos modos de como a sociedade se organiza. A conjuntura política do Brasil travou algumas conquistas para os assentados desta região. Desde 2014, a cooperativa elaborou um projeto para a construção de um laticínio. Foi a primeira pontuada na classificação no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, mas o projeto permaneceu parado desde a entrada do presidente Michel Temer na Presidência da República. A cooperativa ficou no prejuízo, pois grande parte da parte da sua contrapartida foi realizada. Apenas no segundo semestre de 2020 é que foi efetivada a construção do laticínio, na esperança de melhorar o desenvolvimento do campo através da comercialização.

No mais, outro retrocesso para a cooperativa está no corte de recursos destinados ao PAA. Em relação às vendas do PNAE, há indícios de perdas para a cooperativa, pois há propostas do governo atual de retirar a prioridade de compras de comunidades indígenas e quilombolas, contrapondo essas comunidades ao pequeno produtor. Ou seja, abre brechas para qualquer empresa ou cooperativa participe das chamadas. Por isso a preocupação do entrevistado 1, quando menciona “que não sabe” o que esperar deste governo.

Um outro fator analisado com os assentados que receberam o “pagamento do PNAE” foi em relação à pertença das famílias junto a cooperativa. A expansão da cooperativa não caminhou junto à organização das famílias assentadas e do Movimento. A cooperativa colocava um tanque resfriador de leite no assentamento, e por conta das demandas cotidianas da luta e da própria vida jurídica da COAPAR, não permitia que a cooperativa fizesse um debate mais próximo das famílias de forma organizativa para a luta e a construção de projetos alternativos ao mercado convencional. São poucas as famílias que participam das atividades do Movimento e tem “pertença a COAPAR”. É necessário que haja um diálogo mais próximo dessas famílias para que se possa construir um novo olhar para a cooperativa. É necessário um trabalho de base que contribua com a produção e, ao mesmo tempo, com a formação de projeto político do e para o campesinato.

REFERÊNCIAS

- BOMBARDI, Larissa. Associação Brasileira de Reforma Agrária. **ABRA**. volume 34- nº 1- jan./ jun. 2007, p. 91 a 118.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**, UFPR: Curitiba, 2000.
- FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponês**. UNESP: Presidente Prudente, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. **MST Formação e territorialização**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, .99.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, n. 6, jan./jul., 2005.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. volume 1-2: il+ memorial. **Tese de livre docência**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/acesso-a>

informacao/institucional/legislacao/item/3345-lei-n%C2%BA-11947-de-16-de-junho-de-2009>. Acesso em 05 nov. 2020.

FNDE. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>> Acesso em 05 nov. 2020.

MARCONI, Ivan Cesar. A influência do MST na reconfiguração da identidade dos seus associados: o caso da COPRAN. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Estadual de Londrina. 2014.

MICHELETTTO, Selma Ribeiro Araújo. Forjar da Terra o Milagre do Pão, Assentamento Timboré Andradina/SP. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2003.

MDS. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>> Acesso em 05 nov. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**, 4 ed., São Paulo: Contexto, 2001.

Submetido em abril de 2021

Aceito em setembro de 2021